

Obsolescência Programada?

Rodrigo Peñaloza¹

Tenho visto muito debate vazio sobre o tema da obsolescência programada por aí. São coisas chocantes do tipo “O que seria do capitalismo?”, uma mensagem subliminar de que o capitalismo precisa enganar os consumidores para sobreviver. Mais ainda, coisas como “países comunistas produziram lâmpadas que não queimavam”, em cujo caso a mensagem subliminar é a de que seriam melhores que os capitalistas justamente por não “enganarem” o consumidor. Nem me aterei ao termo “capitalismo”, que considero um termo inapropriado para descrever a economia de mercado em toda sua natureza. Este é, portanto, um artigo explicativo, conceptual e de natureza didática. O que se pretende é esclarecer o que significa obsolescência programada, o erro desses termos e mostrar do que realmente se trata.

Antes de falar sobre obsolescência programada, devo fazer dois esclarecimentos. Em primeiro lugar, não se trata de obsolescência programada, mas de *durabilidade programada*. Mesmo assim, aceitei escrever “obsolescência” no título porque é assim que as pessoas denominam o fenômeno na linguagem leiga, que é basicamente o fato de que as empresas produzem um bem para que propositalmente tenha uma vida útil curta e, assim, fazer com que o consumidor compre versões mais novas no futuro. Minha ideia aqui é, portanto, explicar a racionalidade da durabilidade programada ou aquilo que as pessoas chamam (erroneamente) de obsolescência programada.

Em segundo lugar, é importante esclarecer também que obsolescência é uma queda inesperada do preço para além da depreciação esperada e que, se ela fosse “programada”, ela já faria parte da própria depreciação e, por isso, perderia a própria razão de ser. Em outras palavras, quando um microeconomista usa o termo “obsolescência programada” ele o faz por hábito de linguagem, tal como o economista usa o termo utilidade para denotar uma representação numérica das preferências para efeitos didáticos e não porque ele realmente suponha que as pessoas carreguem uma função numérica na cabeça na hora de fazer as compras. Se um carro novo vale hoje \$100 e o mesmo carro, hoje, com um ano de uso vale \$90, então a depreciação é de \$10,

¹ Professor do Departamento de Economia da UnB.

de modo que a taxa de depreciação é de 10% no primeiro ano. Portanto, se você compra um carro novo hoje com a intenção de revendê-lo daqui a um ano, você pode usar o valor futuro de \$90 no cálculo econômico. Porém, se, na hora de revendê-lo, já passado o primeiro ano de uso, você descobrisse que o preço de mercado do carro com um ano de uso não é mais \$90, mas, digamos, \$85, então a obsolescência será de \$5. Além disso, você já deverá tomar como depreciação de um ano de uso daquele carro novo o valor de \$85 para novos cálculos econômicos, pois é esse o novo valor que o mercado atribui ao carro com um ano de uso. Observe que, se a obsolescência fosse programada, então você já saberia de antemão que o valor de mercado do seu carro novo após um ano seria \$85, não \$90, de forma que a depreciação que você tomaria no seu cálculo econômico seria de \$15, não de \$10. Logo, a obsolescência não é algo que se espera, não é probabilizável. Se fosse, ela faria parte da depreciação. Assim, falar em obsolescência programada é um oxímoro. É preciso entender, então, que obsolescência é um termo equívoco, isto é, um termo que pode ter significados distintos. O que se chama comumente de obsolescência programada é, na verdade, durabilidade programada. Eis a razão porque o título é uma interrogação. O economista, porém, não pode cometer esse erro, pois ele sabe o que são obsolescência e durabilidade.

Qual é, portanto, a *rationale* da durabilidade programada? Imagine que um monopolista produza e venda lâmpadas que durem eternamente, digamos infinitos períodos. Como elas são produzidas a cada período, o estoque ao longo do tempo aumenta e o preço das lâmpadas cai. De fato, o monopolista não terá como evitar o surgimento de um mercado de lâmpadas usadas. Sabendo disso, os consumidores racionalmente reterão o consumo esperando o preço mais baixo no mercado de segunda-mão. Eles esperarão até o ponto em que o custo marginal de espera iguale o valor presente do fluxo de benefícios marginais futuros.

De modo a capturar a renda de excedente desses potenciais consumidores, o monopolista a cada período será forçado a reduzir o preço de cada lâmpada nova produzida até o preço das lâmpadas usadas no mercado secundário. Isso acontecerá até o ponto em que a disposição marginal a pagar dos consumidores pelas lâmpadas usadas iguale o custo marginal de produção, ou seja, o preço competitivo. É como se o monopolista criasse o Frankenstein de seu próprio concorrente e perdesse o controle sobre ele. Isso acontece porque o monopolista, quando vende a lâmpada, deixa de ser o proprietário da lâmpada: ele não tem como internalizar os benefícios futuros. Se ele, ao contrário, alugasse as lâmpadas em vez de vendê-las, ele poderia exercer o poder de

monopólio a cada período, capturando, assim, os excedentes dos consumidores, fosse por *mark-up* ou por discriminação de preços. Logo, é racional, para o monopolista que vende, produzir lâmpadas com durabilidade menor do que a do monopolista que aluga, pois com isso ele pode protelar sua queda numa estrutura de preços competitiva, mesmo que ele fosse o único ofertante. Isso é, como disse, o que algumas pessoas erroneamente chamam de obsolescência programada, mas que é, na verdade, durabilidade programada.

Portanto, durabilidade programada não tem nada de maldoso: é racional. Se não for assim, o monopolista não produzirá e ninguém terá lâmpadas. Mesmo quando o monopolista aluga em vez de vender, há outro problema e que é específico do monopolista que aluga seu produto: *moral hazard*. Se o monopolista alugar, o problema de *moral hazard* causado pelo consumidor que aluga faz com que o monopolista reduza a durabilidade da lâmpada a fim de evitar arcar com a perda de valor causada pelo mau uso ao longo do tempo. Em qualquer caso, a durabilidade programada do monopolista é racional.

Se em vez de um monopólio tivermos o outro extremo, um mercado competitivo, então a situação é ainda pior, pois o preço das lâmpadas usadas imediatamente ficará abaixo do custo marginal de produção (experimente comprar um carro zero e vendê-lo assim que sair da loja com ele: o preço já será inferior ao que você pagou, pelo mero fato de que já mudou de dono). Afinal o estoque está aumentando no mercado. Só que a hipótese de livre entrada instantânea de novas firmas é meramente didática. Todo economista sério sabe que é uma hipótese simplificadora e, mais ainda, sabe como contorná-la de acordo com a situação real. (Só os ingênuos ficam batendo na tecla das hipóteses simplificadoras pra se iludirem que estão refutando a Microeconomia, não entendendo que a Microeconomia é um modo de pensar mais elaborado e sutil, antes de tudo, não o modelo simplista de livro-texto). Como, na realidade, a entrada não é instantânea, existe um tempo em que as firmas podem sobreviver ao poder do mercado de lâmpadas usadas e antes que novas firmas entrem com a tecnologia que em breve será obsoleta. Logo, é racional que as firmas produzam lâmpadas que vivam somente pelo tempo médio entre a produção e a entrada de potenciais concorrentes, uma espécie de tempo de *turnover* de firmas entrantes. A única forma de as firmas competitivas aumentarem seu lucro é, portanto, combinar durabilidade programada com diferenciação de produto, isto é, criando alguma inovação que atraia os consumidores para a sua lâmpada, não para a do concorrente.

A lâmpada incandescente que nunca apaga é menos econômica que uma sequência infinita de lâmpadas modernas e, pra ser claro, é bem menos eficiente, ilumina muito pouco. Se alguém quiser usar a lâmpada centenária de Chaillet pra refutar a Teoria Econômica, sugiro que estude Economia. E se já for economista, que mude de profissão.

Essa *rationale* aplica-se a mercados cujos bens têm durabilidade programada, como, por exemplo, lâmpadas, geladeiras, carros, fogões etc. Note que é o mesmo bem ao longo do tempo. Entretanto, pode haver inovações. Se uma inovação acontece e o mercado não a espera, então, de fato, verifica-se a obsolescência do modelo antigo. Isso, porém, requer que a inovação não seja esperada. No outro extremo de possibilidades, como no mercado de informática, se o mercado espera que a cada ano surjam programas melhores, então as expectativas de inovação já terão influência nas expectativas de variação de preços de mercado e, portanto, sobre a depreciação dos bens. Nesse caso, não se verifica propriamente a obsolescência, mas um fluxo esperado de mudanças tecnológicas e as quedas de preço dos produtos ultrapassados será somente depreciação. Em vez de durabilidade programada, o que temos é mudança tecnológica programada, ou melhor, esperada.

Espero que os conceitos tenham ficado claros. A explicação relevante mais antiga sobre isso remonta a um artigo de Ronald Coase de 1972, “Durability and Monopoly”. Quem pensou acima nas formas de contrato que mitigam *moral hazard* (e.g., *leasing*) deve levar em conta que certamente já há artigos que falam disso também e que, mesmo assim, a durabilidade programada mantém a sua razão de ser: para o bem dos consumidores e a eficiência do mercado. Não é nossa intenção, porém, apresentar um *survey*. Outro artigo relevante para a compreensão das nuances envolvidas no conceito de custo e, em particular, sobre depreciação e obsolescência é o artigo de Armen Alchian, “Cost”, disponível na coletânea *Economic Forces at Work*.

Referências

Alchian, A.: “Cost”. *Economic Forces at Work*, chapter 12, pp. 301-332. Liberty Fund Inc., 1977.

Coase, R.: “Durability and monopoly”, *Journal of Law and Economics*, 15: 143-149.